

Eleição presidencial pode ter "voto ponderado"



Affonso Camargo (ao centro) na reunião que decidiu iniciar uma campanha de mobilização pelas diretas em todo o País

Comitê pelas diretas quer mais pressão

Uma manifestação em todo o País de advertência da sociedade aos constituintes, para que votem o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney é o que vai acontecer no próximo dia 4 de março, às 16h00. Essa foi a principal decisão do Comitê Interpartidário das Diretas-88, em reunião realizada ontem de manhã. O grupo integrado por parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PC do B, PDT, PTB e PT pretende retomar imediatamente uma nova fase de campanha pelas eleições presidenciais este ano.

A campanha será objeto de um anteprojeto a ser elaborado pelo senador Affonso Camargo (PTB-PR), que deverá apresentar proposta nesse sentido, no próximo dia 27, às 10h00. A esta reunião, de acordo com o senador, serão convidadas lideranças expressivas como os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP) e na Constituinte, senador Mário Covas (SP), líderes partidários na Constituinte, presidentes de partidos e até o ex-governador Leonel Brizola.

Pressão

Camargo enfatiza a necessidade da sociedade assumir a proposta dos quatro anos e pressionar os constituintes a não votarem pelos cinco anos. "A pressão tem que vir de fora para dentro" — adverte Camargo. Quatro anos de mandato para Sarney torna-se imperativo para grande parte da sociedade, que Camargo garante que se os constituintes optarem pelos cinco anos, serão punidos através de urnas nas próximas eleições, não se reelegendo.

O senador vai chamar entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para assumirem a campanha ostensivamente para eleições presidenciais em novembro deste ano. Segundo Camargo, os comícios nesta fase são prescindíveis, mas se no dia 4, houver em algumas das capitais onde será realizado o dia de advertência, "eles serão bem-vindos".

Emendas

A Secretaria Geral da Assembleia Nacional Constituinte ainda não tem estimativa das emendas de plenário que propõem eleições gerais para este ano. Algumas, no entanto, já conseguiram coletar um número razoável de assinaturas. É o caso da emenda do deputado José Moura (PFL-PE) que já atingiu número suficiente (83 assinaturas) para que o parlamentar peça votação em separado no plenário da Constituinte. Sua emenda propõe eleições gerais em 15 de novembro deste ano, permitindo ainda que os atuais ocupantes de cargos no Executivo disputem a reeleição, desde que renunciem três meses antes do pleito.

Gerais

Em outra emenda, o senador Ruy Bacer (PMDB-BA) propõe que sejam realizadas eleições presidenciais para que estas coincidam com a de prefeito e vereador, 120 dias após a promulgação da Constituição. Dois parlamentares do MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB, também, propõem eleições gerais para 88.

A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) quer que elas sejam realizadas 90 dias após a promulgação da Carta Magna, enquanto que o deputado Wilson Souza (PMDB-SC) após 120 dias. A emenda de Wilson prevê também que após 120 dias da promulgação das Constituições estaduais, sejam realizadas eleições para governadores e deputados estaduais. Um constituinte eleito pelo Distrito Federal, deputado Jofran Frejat, também apresentou emenda na qual propõe que os mandatos de Presidente a vereador terminem no dia 15 de março de 1989, após a realização de eleições em todos os níveis este ano.

Dificuldade de reunir maioria põe em risco metas do Centrão

Os coordenadores do Centrão continuavam à noite passada encontrando dificuldades para reunir a maioria necessária para que as emendas do grupo tenham preferência na votação de plenário. Num contato telefônico que manteve com o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, o deputado peemedebista Dasso Coimbra informou que faltavam ainda 40 deputados para completar a maioria, pois haviam sido recolhidas 240 assinaturas e ele esperava obter mais dez até a meia-noite de ontem.

Na Comissão de Minas e Energia da Câmara, onde está instalada a Secretaria da Comissão, o ambiente era de nervosismo. Dasso Coimbra, normalmente atencioso e interessado nos contatos com a imprensa, evitava entrevistas. Embora as estatísticas e previsões sejam a sua especialidade, ele também se esquivava de transmitir aos

repórteres as estimativas que fez na conversa com Gastone Righi.

Além da atuação junto aos deputados que chegavam a Brasília em vôos procedentes das diversas capitais, os coordenadores do Centrão chegaram a despachar emissários para alguns Estados, a fim de recolher as assinaturas de integrantes do grupo que decidiram prolongar o recesso, junto às bases ou em repouso.

O líder Gastone Righi não escondia sua preocupação com os obstáculos surgidos para a pretendida preferência para as emendas do Centrão. Antes de conversar com Dasso Coimbra, ele afirmava: "A maioria tornou-se difícil, e isso é muito ruim, porque pode inviabilizar a Constituinte. Está difícil porque a afliência a Brasília não foi tão grande quanto se esperava e porque surgiram pro-

blemas e divergências as mais variadas".

"Há quem não queira assinar as propostas até por não aceitar a expressão '50%' numa das emendas e outro por discordar do pagamento de direito autoral em música sacra. Há também os casos de alguns que estão aborrecidos com o governo, por não atender aos seus pedidos".

Righi negou, contudo, que os problemas do Centrão decorram da reação popular contra as posições conservadoras assumidas pelo grupo na Constituinte. Parlamentares de esquerda que voltaram do recesso, no início do mês, proclamaram que o desgasto do Centrão é notório nos contatos com as bases, interpretação contestada por Gastone Righi, que aponta um sentimento inverso constatado pelos seus companheiros de grupo nos contatos com os seus eleitores.



Mário Covas tentará negociar

Pela previsão de Covas, não haverá quorum

A reunião da bancada do PMDB na Constituinte, marcada para as 9 horas de hoje, não deverá conseguir reunir o número suficiente de parlamentares do partido a fim de decidir sobre a possibilidade de negociar com as demais legendas a prioridade para a votação do mandato do presidente José Sarney e o sistema de Governo em plenário. A previsão é do líder Mário Covas, que teve a iniciativa de convocar a reunião, diante do esvaziamento da Constituinte, na fase de apresentação de emenda ao Projeto de Constituição.

Com uma bancada de 302 parlamentares, qualquer decisão do partido na Constituinte deve ser apoiada pela maioria absoluta dos seus membros, ou seja, no mínimo 152 constituintes. O esvaziamento da Casa era visível durante a sessão de ontem, quando apenas 195 parlamentares dos 559 estavam presentes.

A reunião de hoje foi convocada para discutir a inversão da pauta de votação no plenário da Constituinte: os assuntos polêmicos do Projeto de Constituição e a agilização no processo de elaboração da futura Constituição.

Problemas

A perspectiva de não obter número suficiente para qualquer deliberação da bancada levou o líder Mário Covas a convocar, ontem, uma reunião do seu colégio de vice-líderes a fim de encontrar uma solução para o problema. Inicialmente, a liderança defendeu o adiamento puro e simples do encontro, mas ficou decidido que a reunião será mantida e caso não haja quorum a discussão da pauta será transferida para uma data conveniente.

De qualquer forma, a liderança do partido está satisfeita com a decisão de ter convocada a bancada mesmo que não consiga número para deliberações.

"O ideal era que tivéssemos quorum para deliberar sobre a pauta da reunião porque o que nós queremos é saber qual a opinião do partido sobre os temas polêmicos na Constituinte", arrematou o vice-líder Antônio Perosa (SP).

Emenda que prevê a nova forma de votação para Presidente da República já conta, segundo seu autor, com 300 assinaturas

O deputado pernambucano Osvaldo Coelho, do PFL, anunciou ontem já haver obtido a assinatura de 300 constituintes — 20 a mais que a maioria absoluta — em apoio a uma emenda de sua autoria que visa a instituir o "voto ponderado" na eleição do presidente e do vice-presidente da República. Por esse sistema, adotado nos Estados Unidos e Argentina, as diversas unidades da Federação são transformadas em distritos, com peso eleitoral específico, tornando possível a hipótese de um Presidente ser eleito mesmo sem ser o mais votado no conjunto do País.

Nos termos da proposta do deputado pefelista, "a cada distrito eleitoral — ou seja, a cada estado, território e Distrito Federal — corresponde um número de votos federativos equivalente ao número de representantes da respectiva unidade federada no Congresso Nacional. Em cada distrito determina-se um quociente eleitoral, dividindo-se o número de votos apurados, excluindo os nulos e os em branco, pelo respectivo número de votos federativos, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, e elevada à unidade imediatamente subsequente, se superior".

Contra SP

Osvaldo Coelho é também autor de uma proposta, aprovada na Comissão de Sistematização, por larga maioria, assegurando a manutenção da atual composição da Câmara, de modo a evitar o crescimento da representação de São Paulo nessa Casa que, segundo uma proposta do deputado Michel Tamer, deveria aumentar de 60 para 80 deputados.

O deputado pernambucano nega que a sua nova emenda seja igualmente destinada a neutralizar a influência de São Paulo na vida nacional, que os políticos nordestinos consideram excessiva. Em recente entrevista, contudo, Osvaldo Coelho observou que, pela sua proposta, os estados mais populosos ainda continuarão tendo maior influência na eleição do Presidente da República, "embora essa influência jamais venha a transformar-se em hegemonia".

O deputado pefelista insiste em que o voto ponderado é a forma mais eficaz para comprometer um candidato à Presidência com todo o País, e não apenas com os grandes centros.

Unidade

"O Brasil será o grande vitorioso. Ao cimentar a Federação, o voto ponderado garantirá a unidade nacional. O candidato a Presidente da República terá que visitar os estados, ouvir suas populações, seus anseios, suas preocupações. Comprometido com as causas dos diversos estados brasileiros, o presidente eleito sentir-se-á obrigado a corresponder efetivamente às aspirações do povo e às exigências do desenvolvimento equilibrado do País".

Para exemplificar esse sentido de equilíbrio federativo que ele vê no voto ponderado, observa Osvaldo Coelho que na Argentina a província de Buenos Aires reúne 48% da população do País, mas o seu peso eleitoral na eleição do presidente é de apenas 30%.

Quem é Osvaldo Coelho

Irmão do ex-presidente do Senado, Nilo Coelho, já falecido, o deputado pefelista Osvaldo Coelho, que também é industrial e pecuarista, pertence a uma das mais influentes oligarquias da política pernambucana. Aos 56 anos de idade, ele está no Legislativo desde os 24, primeiro como deputado estadual, no período de 1955 a 1967 e, depois, como deputado federal. Sua atuação no Congresso tem sido discreta, mas mesmo assim foi o segundo deputado federal do PFL de Pernambuco mais votado na

última eleição, obtendo 61.381 votos. Na Comissão de Sistematização, Osvaldo Coelho conseguiu aprovar uma emenda de sua autoria assegurando, em favor dos interesses do Nordeste, a manutenção da atual composição da Câmara, que favorece a região e prejudica a representação de São Paulo. Essa vitória, contudo, deve ser efêmera, porque no plenário há forte tendência para a aprovação de uma proposta ampliando a representação paulista para 80 deputados — 20 a mais que a atual composição.

Esquerda rejeita tese de votações em bloco

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), continua trabalhando para votar em bloco os dispositivos do projeto de Constituição que forem consenso, entretanto já está enfrentando resistências da esquerda e de alguns segmentos do "Centrão". A alegação é que essa iniciativa iria ferir o direito de cada parlamentar defender sua emenda ou destaque no plenário, o que a votação em bloco não permitiria. Para a esquerda, se for adotado esse critério, "será o esmagamento das minorias". Ulysses Guimarães, no entanto, joga no que sempre foi a tradição no processo legislativo: no último momento os partidos e grupos chegam a um acordo e superam as dificuldades regimentais.

Durante a votação do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a partir do momento que houve um acordo nesse sentido os trabalhos da Constituinte andaram mais rápido. E com essa argumentação que o presidente da Constituinte pretende convencer os líderes partidários a seguirem o mesmo caminho no plenário.

O presidente da Constituinte afirma que colabora para a sua intenção o fato de o número de emendas apresentadas até agora — cerca de 500 — serem bem inferiores às previsões, que chegavam a duas mil. A expectativa agora é em relação ao número de destaques e ele pretende fazer um apelo aos parlamentares para que só des-

taquem as emendas "quando tiverem certeza de que estarão contribuindo para aperfeiçoarem o texto".

Piada

O vice-líder do PT na Câmara, deputado José Genoino (SP), considera a votação dos dispositivos do projeto em bloco uma "piada". O parlamentar petista afirma que haverá emendas para todo o projeto e o seu partido pretende destacar vários dispositivos do texto para votação em separado ou para suprimi-los. Segundo Genoino, a votação em bloco só será possível se todos concordarem e o seu partido não concorda. Ele alega que o regimento interno da Assembleia, "de autoria da Mesa sob inspiração do 'Centrão', estabelece que a votação do texto constitucional será por ordem de título e capítulo, não podendo haver votação em bloco".

Amáury Müller, vice-líder do PDT, também não aceita a intenção de Ulysses. "A tese é profundamente lesiva aos interesses progressistas. Esses setores acabariam esmagados pelo bloco conservador", afirma. No "Centrão" o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) considera a questão "irrelevante", mas avisa que só concordará com a proposta se ela não prejudicar emenda de nenhum membro de seu grupo.

Apesar das resistências, há alguns que estão otimistas. "A ideia é dominante em toda a Constituinte, agora vamos ver se o plenário aceita", afirma o senador Virgílio Távora (PDS-CE), que concorda com Ulysses Guimarães.

Será apresentada hoje a emenda pelos 5 anos

O deputado Matheus Jansen (PMDB-PR) apresenta hoje após as 15h00, a sua emenda coletiva defendendo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que já contava, na noite de ontem, com mais de 290 assinaturas. "Estou prevendo que na hora da apresentação tenham sido coletadas no mínimo 310 assinaturas", afirmou o parlamentar paranaense, de 51 anos, que, apesar de estar em seu primeiro mandato, exibia com muita satisfação as 220 assinaturas que ele sozinho coletou entre seus colegas.

As mais de 290 assinaturas foram obtidas juntando as listas que estavam em poder do deputado Matheus Jansen com as adesões conseguidas pelo senador Edson Lobão (PFL-MA), "não houve dificuldade para se chegar a este número — revelou o deputado — porque eu comecei a coletar

assinaturas antes do recesso de fim de ano, quando já estava com a minha emenda preparada". "Suei a camisa — declarou — mas acho que valeu a pena porque vou conseguir fazer prevalecer a minha ideia, que acredito ser a melhor para o Brasil de hoje".

Encurtando

Falante e com tipo físico até mesmo um pouco parecido com o do presidente José Sarney, o deputado Jansen ressaltou que não teme que vá ser massacrado nas próximas eleições por defender cinco anos de mandato do presidente. Segundo seu raciocínio ele está encontrando, o mandato, já que a encurtando — em vigor prevê seis anos, e em segundo lugar, sei que o meu eleitorado é composto por pessoas esclarecidas que sabem que não há a menor condição de se fazer eleições agora pois seria o caos para o Brasil".